# Nominalismo e Mundos Possíveis*

**Renato Mendes Rocha****

* Sou grato ao prof. Cezar Mortari pelas observações e correções na versão final deste texto. Também agradeço aos professores Guido Imaguire, Jaime Rebello e Valdetônio Pereira pelos comentários e questões levantadas após a apresentação deste trabalho no XV Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, realizado em Curitiba.

** (Doutorando @ PPGF/UFSC)

E-mail para contato: renato.rocha@posgrad.ufsc.br

## Resumo

Essa comunicação possui dois objetivos. Em primeiro lugar, pretendo esboçar as diferentes alternativas teóricas contemporâneas que procuram responder ao conhecido " problema dos universais". Para isso, apresentamos os nominalismos de predicados, classes, semelhanças e a teoria de tropos. Em segundo lugar, pretendo mostrar, inspirado no trabalho de David Lewis, como o nominalismo de classes, a noção de propriedade natural e uma teoria de mundos possíveis prometem resolver o problema em questão.

**Palavras-chave**: Nominalismo, Mundos Possíveis, Propriedade Natural, Universal, David Lewis.

## Introdução

Este artigo corresponde a um desenvolvimento inicial do meu projeto de tese de doutorado. O objetivo inicial deste projeto é investigar a hipótese de que o *realismo modal* de Lewis sustenta-se a partir de uma visão *nominalista* sobre a estrutura do mundo. A mera justaposição das expressões "realismo" e "nominalismo" como partes de uma mesma teoria - tal como aparece em nossa hipótese - parece ser algo incoerente. Em outras palavras, esta aparente incoerência poderia ser explicada a partir da seguinte pergunta: tendo em vista que estas duas posições são, *prima facie*, opostas, como pode uma teoria realista ser fundamentada em bases nominalistas? Portanto, o objetivo deste artigo que reflete o estágio inicial de nossa pesquisa é esclarecer esta aparente incoerência e mostrar como o *realismo modal*[1] de Lewis se sustenta a partir de uma base *nominalista.*

[1] Talvez seja este o motivo pelo qual Lewis (1986, p. viii) tenha comentado no prefácio do seu livro que a expressão "realismo modal" não teria sido a melhor escolha para o nome de sua teoria, haja visto, que o termo "realismo" é filosoficamente carregada de significados que podem levar a confusão.

Para alcançar este objetivo o artigo foi dividido em cinco partes. Na primeira parte, apresentarei uma breve recapitulação do *realismo modal* de Lewis. Na segunda parte, apresentarei também de modo breve o "problema dos universais", tal como ele é discutido por filósofos contemporâneos. Na terceira parte, a partir desta apresentação do "problema dos universais", exponho a teoria dos universais de Armstrong, baseado em um realismo científico. Na quarta parte apresentarei as críticas de Lewis à teoria de Armstrong e por fim, na quinta parte mostrarei como Lewis promete resolver o "problema dos universais" valendo-se de um nominalismo de classes e da noção de propriedade natural.

## Mundos Possíveis

O *realismo modal* de Lewis é uma teoria filosófica que defende a existência de uma pluralidade de mundos e de indivíduos possíveis. É uma teoria sobre a realidade enquanto um todo - portanto, metafísica - que é formulada como o propósito de elucidar questões teórico-filosóficas. Uma das utilidades mais conhecidas desta teoria é a explicação que ela oferece para o discurso modal a partir de entidades não-modais. Esta explicação consiste em uma proposta de explicar as noções modais (como as de possibilidade e necessidade) a partir de entidades primitivas (portanto, não-redutíveis a outras entidades) que são os mundos possíveis. Para o *realismo modal*, uma proposição expressa por uma frase do tipo "*p* é possível" é verdadeira se, e somente se, em algum mundo possível, *p* for o caso; uma proposição expressa por uma frase do tipo "*p* é necessário" é verdadeira se, e somente se, em todos os mundos possíveis, *p* for o caso. Algumas propriedades importantes desta metafísica dos mundos possíveis são as seguintes: a) os mundos possíveis são causalmente isolados, ou seja, não é possível estabelecer qualquer tipo de relação causal entre dois mundos possíveis; b) ao menos uma parte deles são parcialmente concretos, na medida em que eles são da mesma natureza que o mundo real (o mundo atual), e considerando que o mundo real também é (parcialmente) concreto, os mundos possíveis não-atuais também seriam (parcialmente) concretos; e c) eles são plenos, no sentido de que para cada região do espaço lógico há um mundo possível que torna aquela possibilidade representada no espaço lógico verdadeira.

A respeito do *nominalismo* pode-se considerar que há basicamente dois tipos de teorias nominalistas principais: aquelas que rejeitam as entidades abstratas e aquelas que rejeitam as entidades universais. Lewis defende um nominalismo do segundo tipo. Ainda que ele considere a distinção abstrato/concreto como algo impreciso e confuso, ele não rejeitaria de todo modo as entidades abstratas, uma vez que assume que classes desempenham um papel importante em sua teoria. O nominalismo de que trataremos neste artigo é do segundo tipo. Este nominalismo constitui uma objeção às respostas realistas em relação a existência de universais. Para melhor compreender as posições relacionadas a este tipo de nominalismo, precisamos antes compreender o que consiste o conhecido "problema dos universais". Este é o objetivo da próxima seção.

## O "problema dos universais"

Há algumas formas de referir ao problema em questão. Tradicionalmente é conhecido como o "problema dos universais", mas esse não parece ser o modo mais adequado, haja vista o termo "universais" já faz parte de uma das respostas ao problema. Outra forma é referir ao "problema das propriedades" (Rodriguez--Pereyra, 2002; Murcho, 2012), pois, no fundo, a discussão seria a respeito da natureza das propriedades. Este é o modo adotado por Rodriguez-Pereyra que interpreta o problema como um problema sobre fazedores-de-verdade de frases que atribuem propriedades a particulares. Contudo, idem ao primeiro modo, o termo "propriedade" não parece ser adequado pois se compromete com um dos modos de se responder ao problema.

Um modo que penso ser mais neutro e que evita estas antecipações é referir à questão como o problema "Um-sobre-muitos", ou seja, como explicar que um tipo de entidade (o universal), pode estar inteiramente e simultaneamente presente em muitas instâncias de outro tipo de entidade (os particulares). A forma inversa desta expressão "Muitos-sobre-um" também é útil para descrever o problema. Nesta formulação o problema é entendido como explicar o fato de uma entidade (um particular) ser, ao mesmo tempo, instância de tantas outras entidades (muitos universais).

Armstrong (1989, p. 13) prefere abordar o problema valendo-se da distinção peirciana *type-token* (tipo-espécime). O filósofo afirma que as respostas interessantes a este problema são aquelas capazes de responder a seguinte questão: "O que distingue uma classe de espécimes (*token*) que delimita um tipo (*type*), das classes de espécimes (*token*) que não delimitam um tipo (*type*)?".

À primeira vista, parece um problema cercado de mistério e confusão. Vide a própria dificuldade encontrada ao se procurar apenas formular o problema. As diferentes formulações possíveis já nos indicam uma pluralidade de formas de tentar compreendê-lo. Sem mencionar ainda o fato de que há filósofos que o julgaram apenas como um pseudoproblema gerado pelo mau uso da linguagem. Contudo, acredito que se trata de um problema ontológico genuíno que está relacionado à filosofia da linguagem, mas não pode ser reduzido à filosofia da linguagem. Além disso, é um problema básico cuja solução estará ligada a outras áreas da filosofia, como a epistemologia e a filosofia da ciência, por exemplo, ao problema explicar a causalidade e o funcionamento das leis da natureza.

Qualquer resposta satisfatória a este problema também é uma forma de caracterizar as categorias ontológicas que constituem a realidade, ou em outras palavras, em como podemos trinchar adequadamente a realidade em suas juntas.[2] Inicialmente, podemos nos aproximar desta pluralidade separando as teorias em dois tipos: as realistas e nominalistas (ou antirrealistas).

[2] "how to carve reality in its joints".

## Realismos *vs.* Nominalismos

Por um lado, filósofos realistas em relação aos universais (em suas diversas teorias) se comprometem com este tipo distinto de entidade (universal) que é caracterizado como algo que pode estar ao mesmo tempo inteiramente presente em diferentes entidades particulares. Há várias formas de realismos. Em síntese, há filósofos que: a) afirmam que universais são anteriores às coisas (*ante res*) – neste caso admitem inclusive a existência de universais não-instanciados; b) universais existem nas coisas (*in rebus*) – universais estão presentes apenas nas coisas, e não ao mesmo tempo em cada uma de suas instâncias. Platão e Aristóteles são exemplos de filósofos que podem ser considerados, cada um a seu modo, realistas em relação aos universais. Enquanto o primeiro defendia que os universais existem independentemente da realidade do mundo sensível, aceitando inclusive, universais que não possuem instância no mundo, o segundo defendia que atributos universais estavam presentes apenas em cada uma de suas instâncias.

Por outro lado, filósofos nominalistas acreditam que a postulação deste tipo adicional de entidade é supérfluo. Assim, procuram alternativas teóricas para explicar o fenômeno "Um-sobre-muitos". Estas alternativas utilizam os tipos de entidades já existentes em uma determinada ontologia, buscando uma economia qualitativa. Dentre as teorias nominalistas mencionamos pelo menos as seguintes: a) o nominalismo de classes; b) o nominalismo de semelhanças, c) nominalismo de predicados; e d) a teoria de tropos. A seguir abordaremos resumidamente cada uma destas teorias mostrando que as duas primeiras podem ser entendidas como sendo apenas versões de uma mesma teoria; que a terceira é insuficiente para dar conta do problema; e que a quarta fornece mais problemas que soluções desejadas.[3]

Iniciando pela última. Para explicar o problema "Um-sobre-muitos" a teoria de tropos postula a existência de um entidade particular abstrata existente para cada propriedade (ou característica) de uma entidade particular. Ou melhor, cada propriedade de um particular é uma entidade única e existente apenas naquele particular. Desse modo, se há uma sala com diversas cadeiras vermelhas, cada cadeira possui o seu próprio tropo de vermelho. Um particular então é, nada mais que um feixe de tropos. Nesse tipo de nominalismo, o que permite dizer que as cadeiras vermelhas de uma mesma sala são semelhantes é o fato de os seus tropos vermelhos serem semelhantes. Nesse caso a semelhança não se dá por meio de um universal, ela é tomada como uma relação primitiva. A vantagem da teoria de tropos é que ela parece eliminar o problema da localização múltipla dos universais, pois sendo cada tropo um particular, ele está presente unicamente em sua instância. Contudo, esta solução traz um problema maior que é a postulação de um tipo abundante de entidade que parece ser pouco desejável. Por exemplo, imagine um mundo possível contendo apenas dois particulares que se assemelham em algum

[3] Para uma abordagem mais detalhada a respeito de cada uma destas posições consultar os seguintes livros introdutórios: GARRET, B. (2008); CONEE, E. & SIDER, T. (2010); CARROL, J. & MARKOSIAN, N. (2010); MURCHO, D. (2012)

aspecto. Para um teórico de tropos afirmar que estes particulares se assemelham, ele precisa postular quatro entidades, sendo cada par de um tipo: dois particulares concretos e dois particulares abstratos. As teorias realistas fazem o mesmo de modo mais econômico: postulam apenas dois particulares e um universal abstrato.

O nominalismo de predicados afirma que a semelhança entre espécimes pode ser explicada a partir do fato de que a estas espécimes podemos aplicar o mesmo predicado. Em nosso exemplo anterior, dizemos que as cadeiras da nossa sala são todas de um mesmo tipo, pois o predicado "ser vermelho" pode ser aplicado a cada uma delas univocamente. Esta teoria também não nos parece uma teoria satisfatória pelo seguinte motivo: nem todo predicado pode ser automaticamente convertido em uma propriedade, ou universal. Exemplos: o predicado "não pertencer a si mesmo", ou "não ser uma instância de si mesmo".

O nominalismo de classes procura explicar que para dois espécimes (*tokens*) fazerem parte de um mesmo tipo (*type*) basta que estes espécimes pertençam à uma mesma classe. Se a e b são membros da classe dos Fs é porque a e b ambos possuem a mesma propriedade F descrita pela classe dos Fs. Um problema neste tipo de nominalismo é que não há qualquer critério na teoria de classes que assegure que seus membros de uma classe precisem compartilhar alguma propriedade. As classes são formadas arbitrariamente. Por isso, utilizar classes para descrever o mundo não parece ser algo muito efetivo, pois elas são abundantes, arbitrárias e ontologicamente não-discriminatórias. Alguém pode formar uma classe com quaisquer dois objetos distintos sendo a única propriedade que estes objetos compartilham é a de pertencer aquela classe.

O nominalismo de semelhanças também usa a noção de classes, contudo estabelece o seguinte critério adicional: dois objetos a e b pertencem a uma mesma classe F se, e somente se, eles se assemelham em algum aspecto. A relação de semelhança estabelece classes de semelhanças. Esta relação é introduzida como algo primitivo e, portanto, não analisável. A semelhança entre dois objetos emerge a partir da própria existência destes objetos, portanto, é intuitiva. Atribuições de semelhança não precisariam ser explicadas, elas são em algum sentido evidentes. Basta olhar para duas xícaras azuis e perceber que elas são semelhantes em alguns aspectos, seja no formato, cor, peso ou tamanho.

No entanto, as duas teorias são próximas no sentido de que em uma a classe determina semelhança, em outra a semelhança determina uma classe.

Um fato interessante a se notar nesta apresentação das variedades de nominalismos é que os nominalismo de classes e de semelhanças são teorias que se aproximam no sentido de que em uma a classe determina a semelhança, e em outra a semelhança determina uma classe. Portanto, estas duas teorias podem ser vistas como versões diferentes de uma mesma teoria. Este fato pode ser melhor compreendido se considerarmos o nominalismo de classes em conjunto com a noção de propriedade natural. A ideia geral desta aproximação baseia-se no fato de que a relação de se-

melhança e a noção de propriedades naturais são interdefiníveis. Basicamente, uma propriedade natural é uma classe cujos elementos são de um modo representativo do todo da classe (Quinton, 1957, p. 36). Ou seja, classes de propriedades naturais parece ser um modo de introduzir a relação de semelhança em um nominalismo de classes. Então, uma classe formada a partir de uma relação de semelhança pode ser definido em termos de propriedade natural, e propriedade natural também poder ser definida em termos de classes de semelhanças. Um argumento a favor deste ponto é apresentado por D. Lewis (1983, p. 348) e segue-se assim, parafraseando-o. Considere uma relação poliádica primitiva $x_1$, $x_2$,...**R**$y_1$, $y_2$... como uma definição de semelhança se, e somente se, $x_1$, $x_2$,... compartilham uma propriedade natural e nenhum $y_1$, $y_2$, ... compartilham esta propriedade. Agora, considere outra relação poliádica primitiva **N** tal que **N**$x_1$,$x_2$,... se, e somente se, $x_1$, $x_2$... são membros de uma propriedade perfeitamente natural. Então podemos definir **N**$x_1$,$x_2$ como "$y_1$,$y_2$..."(z, $x_1$,$x_2$... **R**$y_1$,$y_2$... z=$x_1$ z=$x_2$ ...). Uma classe natural poderia então ser definida como se segue: se $x_1$,$x_2$... são todos os seus membros, então **N**$x_1$,$x_2$... . Dada a interdefinibilidade entre as relações poliádicas **N** e **R**, cada uma poderia ser utilizada na definição anterior. A conclusão deste argumento é que o nominalismo de semelhanças e o nominalismo de classes (com propriedades naturais) são apenas versões diferentes de uma mesma teoria. A diferença seria apenas aparente e consistiria no seguinte: no nominalismo de semelhanças indivíduos são abordados de modo plural enquanto no nominalismo de classe classes são abordadas de um modo singular.

Das quatro teorias apresentadas anteriormente, julgamos que a menos problemática e mais adequada para solucionar o problema é o nominalismo de classes usando uma definição de classe natural (Quinton) e considerando mundos possíveis (Lewis). Na seção seguinte veremos mais detalhes sobre esse modo de solucionar o problema.

Em nosso caso, apresentaremos um tipo de nominalismo que recorre à existência de classes (matemática) e à uma teoria de mundos possíveis para substituir o papel dos universais. A primeira vista, parece ser um caminho inglório, pois estamos a trocar meia-dúzia por uma dúzia inteira, ao querer eliminar um tipo de entidade, substituindo-a por outras duas. A razão que nos justifica a essa troca reside no fato que estamos substituindo uma entidade teoricamente desnecessária, por outras duas entidades necessárias que se admitidas em nossa ontologia terão lugar para desempenhar outros papéis. Haja visto que as classes já desempenham papel importante na matemática e os mundos possíveis tem sido amplamente utilizados em diversas áreas de filosofia analítica contemporânea.

## Universais de Armstrong

Antes de apresentar a solução que nos parece mais adequada ao problema, apresentarei uma diagrama baseado no que é apresentado por Armstrong (1989, p. 17) para caracterizar seis principais posições no debate. O diagrama é o seguinte:

| | Particulares ordinários | Tropos | |
|---|---|---|---|
| Classes Naturais Primitivas | A. Quinton / D. Lewis | G.F. Stout | Nominalistas |
| Semelhança | H. Price / G. R.-Pereyra | D. C. Willians | |
| Universais | Platão, Aristóteles, Armstrong | J. Cook Wilson | Realistas |

Neste diagrama é interessante perceber a diversidade de posições existentes no debate em questão. Em princípio são seis posições que variam de acordo com a aceitação ou a rejeição de alguma destas entidades: universais, particulares abstratos (tropos), particulares concretos, classes e relação de semelhança.

Armstrong desenvolveu uma robusta teoria realista acerca dos universais. O filósofo australiano considera que os universais são um tipo de categoria ontológica básica que seria suficiente para descrever as características mais gerais da realidade. Ele defende um tipo de Realismo Universal *a posteriori*, pois prefere deixar a tarefa de definir quais universais existem para a investigação empírica, preferencialmente, as ciências naturais. Assim, diferente de teorias realistas anteriores que defendem o carácter *a priori* dos universais, Armstrong considera que eles são definíveis *a posteriori* e portanto são entidades escassas. Nem tudo que alguém poderia acreditar ser um universal é de fato um universal. Este papel decisório cabe ao cientista e não ao filósofo. Contudo, Armstrong estabelece alguns critérios para o universal. Por exemplo, ele defende que podem haver universais conjuntivos, mas não os disjuntivos ou os negativos. Além de universais, Armstrong admite particulares em sua ontologia. Particulares são as entidades que instanciam universais. Armstrong também admite a existência de um universais de ordens superiores. Por exemplo, um universal de segunda ordem instancia universais de primeira ordem, que por sua vez são instanciam particulares. Em grande medida, a teoria dos universais é aristotélica, uma vez que não admite existência de universais não-instanciados, ou seja os universais dependem de suas instâncias. Completando o quadro, Armstrong defende universais são entidades dotadas de múltipla localização espaciotemporal, ou seja, estão totalmente presente em cada uma instâncias.

Uma consequência positiva desta teoria realista sobre universais é a definição de Lei da Natureza. Para Armstrong uma lei da natureza pode ser definida como uma relação de *necessitação contingente* entre universais. Esta relação pode ser expressa como algo do tipo "N(F,G)" em que N seria uma relação diádica de segunda ordem entre F e G, sendo cada um destes *relata* um universal de primeira ordem. A relação entre F e G é necessária, contudo o fato de esta relação se dar entre os universais F e G é contingente, poderia ter se dado entre universais dife-

rentes, por exemplo F e G', por isso, se diz que N(F,G) é uma relação de necessitação contingente.

## Lewis e um novo trabalho para os universais

David Lewis (1983, p. 343) considera importante o papel desempenhado por universais. Segundo ele, qualquer ontologia deve ser capaz de explicar o fenômeno um-sobre-muitos (universal-sobre-muitos-particulares). Apesar de não rejeitar explicitamente este tipo de entidade e afirmar um certo agnosticismo em relação a eles, Lewis procura mostrar que as razões que sustenta a teoria de Armstrong são pouco convincentes e que na verdade Armstrong transformou o problema inicial em um outro problema mais geral e aparentemente insolúvel que demandaria uma teoria geral da predicação (*op. cit.*, p. 352). Um defensor dos universais demandaria não apenas acrescentar esse tipo de entidade à teoria de Lewis, mas substitui-la pelas entidades já assumidas (classes e propriedades). Contudo, apenas acrescentar esta nova entidade traria problema indesejáveis ao realismo modal de Lewis, como por exemplo, admitir exceções ao isolamento causal entre mundos possíveis.

Lewis sustenta que o papel desempenhado por universais pode ser explicado em sua ontologia generosa constituída por entidades meramente possíveis (*possibilia*). Nesta ontologia as propriedades são definidas como classes de *possibilia*. Ou seja, dizer que um determinado objeto possui uma propriedade é dizer que este objeto é membro de uma classe. Nesse sentido, as relações são classes arbitrárias de pares ordenados. Assim, podemos já esboçar algumas diferenças entre propriedades e universais. O primeiro aspecto diz respeito à instanciação. Enquanto universais estão inteiramente presente em cada uma de suas instâncias, as propriedades estão espalhadas; onde quer que haja uma instância há apenas um membro da classe que forma a propriedade.

Para Armstrong, universais de um mundo devem se comprometer com pelo menos uma base mínima para caracterizar completamente este mundo. Candidatos a universais que não contribuem para esse propósito e os candidatos que são redundantes ficam de fora da teoria de Armstrong. Assim, Lewis apresenta segundo a caracterização de Armstrong a seguinte definição de universal: uma entidade (contraparte) não linguística de um vocabulário primitivo de uma linguagem que seja capaz de descrever o mundo exaustivamente.

Para Lewis, uma propriedade é exatamente o oposto desta caracterização de universal mencionada no parágrafo anterior. Pois, qualquer classe de coisas pode determinar uma propriedade, e portanto, não pode descrever nada substancialmente sobre o mundo. Nesse sentido, as propriedades são imensamente abundantes e portanto, não são discriminatórias. Não podem ser utilizadas sozinhas para distinguir dois objetos, pois nesta concepção quaisquer dois objetos compartilham um número infinitamente grande de propriedades (pense, por exemplo, nas propriedades extrínsecas ou nas propriedades "Cambridge") e ao mesmo tempo não compartilham

um número infinitamente grande de propriedades. Considerando esse aspecto, caso se queira que as propriedades representem o papel dos universais, deve-se fazer uma distinção entre pelos menos dois tipos de propriedades: as naturais e as não--naturais. As do primeiro tipo formam um grupo restrito de classes em relação ao segundo grupo. Segundo Quinton (1957, p. 36) as propriedades naturais seriam as classes cujos partes (elementos) seriam de um modo representativa do todo da classe. Lewis (1983, p. 346) afirma ainda que propriedades naturais seriam aquelas cujo o fato de dois particulares a compartilharem torna estes particulares semelhantes, além disso devem ser relevantes para explicar poderes causais. Lewis reivindica que as propriedades naturais podem ser classificadas a partir de graus naturalidade de acordo com o unidade existente entre os elementos da classe. Sendo que o mais alto grau de naturalidade seria o das propriedades chamadas de perfeitamente naturais.

Para complementar a distinção entre universais e propriedades uma metáfora conhecida nos é útil. É dito que os universais trincham a realidade em suas juntas, ou sejam, são capazes de fornecer um modo de se dividir e categorizar adequadamente a realidade. As propriedades também teriam este poder de trinchar a realidade em suas juntas, contudo ela o faria em qualquer outro ponto. Portanto, as propriedades se consideradas sozinhas podem trinchar a realidade em qualquer parte, indiscriminadamente. As propriedades naturais são introduzidas para reduzir os cortes desnecessários, um modo de procurar pelas melhores pontos ao se trinchar a realidade.

Outro argumento oferecido por Armstrong a favor dos universais é que eles forneceriam a melhor semântica para frases como: a) "O vermelho é mais parecido com o laranja do que com o azul"; b) "O vermelho é indício de maturação", c) "Humildade é uma virtude". etc. Lewis discorda e mostra que uma análise semântica a partir de propriedades também é possível e é satisfatória para frases deste tipo. O problema em analisar essas frases considerando universais é, seguindo a teoria de Armstrong, que não podemos saber se "cores", "maturação", "virtude" são universais genuínos e por isso elas precisariam ser parafraseadas para incluir os universais genuínos. Se há dois modos disponíveis para uma análise semântica, sendo que um deles oferece uma análise direta das frases e outro apenas por meio de uma paráfrase, parece ser razoável preferir o modo que oferece uma análise direta, tornando a paráfrase desnecessária.

Lewis aponta algumas críticas severas ao trabalho de Armstrong. Sendo mais contundente a acusação de que Armstrong na verdade transformou o problema de explicar o fato *mooreano* (um fato óbvio) sobre universais em uma necessidade de ter uma análise geral sobre a predicação, e este problema demandaria uma solução que parece ser um muito maior que o problema inicial.

## Considerações finais

Para concluir julgamos importante mencionar a análise metodológica que Lewis (1983) faz sobre o problema em questão. Ele afirma que há três tipos de

respostas possíveis: 1) negar o problema; 2) explicar o problema a partir de uma análise ou; 3) explicar o problema aceitando que há relação primitiva e portanto não-analisável. A primeira opção parece ser ruim no sentido que passamos a negar um fato *mooreano*. Armstrong segue pelo segundo caminho e procura reduzir a sua explicação ao problema à uma análise geral da forma predicativa "a possui a propriedade F". Lewis opta pelo terceiro modo.

Consideramos esta terceira opção como uma solução de valor, pois admite que há um problema comum entre todas as alternativas ao problema (seja realistas ou antirrealistas). Qualquer solução envolve algum tipo de relação de regresso. Os realistas caem no regresso ao explicar relação de participação existente entre um universal e um particular. Nominalistas (seja de classes ou de semelhanças) também estão fadados ao regresso em algum momento, seja para explicar a relação de pertinência a uma classe, seja para explicar a relação de semelhança. Um exemplo deste regresso: como explicar que dois objetos vermelhos se assemelham? Postulando um universal. Como explicar que o universal se parece a cada um dos dois? Postulando uma relação de semelhança (ou participação) entre cada particular e o universal. Como explicar essa relação? Postulando outra relação? O mesmo se dá para o nominalismo de predicados ou a teoria de tropos. Parece-nos que alguma forma de regresso é inevitável entre as teorias atualmente disponíveis e é este problema já foi sabiamente apontado por Bertrand Russell em sua crítica às teorias nominalistas.

Por fim, parece que nem mesmo as teorias universalistas podem evitar algum tipo de regresso. O melhor modo de evitar este regresso é aceitar que em algum ponto da análise esse regresso estaciona sobre alguma relação que seja primitiva e não analisável, por enquanto, a opção mais plausível para assumir este papel primitivo em uma ontologia é a relação de semelhança ou a noção de propriedade natural.

## Referências


ARMSTRONG, David. (1989) *Universals:* An Opinionated Introduction. Boulder, CO: Westview Press.

CONEE, E. & SIDER, T. (2010); *Enigmas da Existência.* Lisboa: Bizâncio.

CARROL, J. & MARKOSIAN, N. (2010); *An introduction to Metaphysics.* Cambridge Introductions to Philosophy.

FIGUEIREDO, R. A. (2012) *Atributos Não Instanciados.* Dissertação - (Mestrado em filosofia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GARRET, B. (2008); *Metafísica*: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed.

LEWIS, David. (1983). New Work for a Theory of Universals. Australasian Journal of Philosophy Vol. 61, No. 4., pp. 343-377. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/00048408312341131

_____. (1986) *On the plurality of Worlds.*

MURCHO, Desidério. (2012) *Metafísica*. In: *Filosofia: uma introdução por disciplinas.* Org. GALVÃO, Pedro. Lisboa: Edições 70.

ROCHA, R. M. (2010) *O Realismo Modal de David Lewis:* uma opção pragmática. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UFG, Goiânia, 2012.

RODRIGUEZ-PEREYRA, Gonzalo. (2002) *Resemblance Nominalism:* a solution to the problem of Universals. OUP

_____. (2000) What is the Problem of Universals? *Mind*, 2000, 109 (434), pp. 255-273. DOI: http://dx.doi.org/10.1093/mind/109.434.255

QUINTON, Anthony. *Properties and Classes*. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, Vol. 58 (1957 - 1958), pp. 33-58